

---

## **04. DE MILITANTES POLÍTICOS A ASSISTENTES SOCIAIS: UMA PROFISSÃO À SERVIÇO DE UMA CAUSA E MÚLTIPLOS SABERES**

Francilaine dos Santos Lemos<sup>1</sup>

### **Introdução**

A proposta do presente artigo é abordar a relação entre militância e profissão a partir da análise de carreiras militantes dos profissionais do Serviço Social, que estão inseridos nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, de Aracaju – SE, e que se engajam na construção e na luta de causas públicas. A compreensão das etapas da construção da carreira profissional, analisada nesse artigo, segue uma perspectiva interacionista, que está preocupada em compreender as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram o surgimento dessa carreira profissional ancorada aos debates políticos-profissionais que constituem o universo da Assistência Social Brasileira. Levando-se em consideração os saberes especializados, adquiridos através da inserção no universo profissional, assim como, os saberes militantes obtidos através da inserção na esfera política, como por exemplo, associações, movimentos e grupos.

A análise de carreira permite mostrar as regularidades presentes na carreira destes indivíduos, que possui uma militância política, um engajamento e uma profissão à serviço da construção das causas públicas. Analisar apenas as predisposições para a militância política não explica este fenômeno social, que também é político. E para realizar essa reflexão acerca da relação entre militância e profissão, é preciso colocar a análise para além das predisposições “naturais” da qual o Serviço Social foi rotulado, tanto no aspecto profissional, como também no que concerne a prática do engajamento e da militância política. Diante de tal cenário, se faz necessário uma problematização da atuação profissional dos assistentes sociais a partir da análise da Sociologia dos Grupos Profissionais, assim como, uma análise do Engajamento, da Militância e da Participação Política dos assistentes sociais no âmbito das Causas Públicas. Portanto, o resultado da “ação político-profissional” não explica a ação, o comportamento, não explica de modo geral, a politização destes agentes profissionais. É preciso analisar a sequência de eventos e

---

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: francilaine.lemos@hotmail.com.

---

os seus respectivos encadeamentos que constitui o pilar das carreiras militantes destes profissionais do Serviço Social, apresentando-as objetivamente, como uma “seqüência de posições” num ou mais campos da prática social, e subjetivamente, como uma “história pessoal” cujo relato atualiza visões de si e do mundo (DUBAR, 1998).

A partir do período de Redemocratização e Abertura Política, os estudos sobre o militância no Brasil detectou o aparecimento de novas modalidades de militância, com diferentes modalidades de atuação, são elas, militância religiosa, sindical, ambiental, filantrópica, direitos humanos, político-partidária, causas sociais, organizações representativas, movimentos sociais, cargos públicos e eletivos, e etc. Nesse sentido, segundo Oliveira (2008), uma das principais transformações que tem sido salientada é a tendência geral de institucionalização da ação associativa a fim de regularizar seu acesso aos espaços e processos formais de produção de políticas públicas, além de profissionalizar seus integrantes e suas atividades.

A relevância do conceito de carreira para os estudos que abrange o universo dos movimentos sociais, da participação política e profissional, e de modo geral, atores sociais que se unem em torno de causas públicas, foi um conceito herdado da tradição interacionista da Escola de Chicago, que ofereceu a oportunidade de melhor compreender o processo de engajamento e militância política por meio da identificação de um modelo de inteligibilidade que escapa das alternativas clássicas entre estruturas e estratégias (AGRIKOLIANSKY, 2001).

Originalmente o conceito de carreira foi apresentado por Everett Hughes, em uma abordagem que permitia compreender o universo profissional do qual ele estava examinando, mediante a sua análise de carreira profissional foi possível compreender as etapas de construção do exercício profissional, constituídas a partir de condições objetivas e subjetivas, desenvolvidas numa seqüência de eventos encadeados, dos quais compõe uma carreira. Howard Becker, afirma que o conceito de carreira de Hughes refere-se a duas dimensões: “Objetivamente, como uma série de status e funções claramente definidos, seqüências típicas de posição, realização, responsabilidade e até de aventura. Subjetivamente, uma carreira é uma perspectiva móvel em que uma pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de seus vários atributos, ações e as coisas que lhe acontecem”.

Aplicado ao engajamento, a militância e a participação política, o conceito de carreira permite compreender como, em cada etapa da biografia, atitudes e comportamentos são determinados pelas atitudes e comportamentos do passado, e que por

sua vez determinam o leque de possibilidades de vir assim, situar períodos de compromisso ao longo do ciclo de vida (FILLIEULE, 2001). Segundo (AGRIKOLIANSKY, 2001), a análise do conceito de carreira permite considerar as ações humanas como processo, isto é, como atividades que possuem um lugar no tempo e uma constituição de dinâmica própria, e não como um mero reflexo de restrições estruturais ou computações utilitaristas. A ênfase é colocada sobre a capacidade interpretativa de agentes, quer dizer, os significados que atribuem às suas ações e situações de escolha em que são colocados.

E assim, mediante a análise de carreira dos profissionais-militantes, é possível captar os níveis de envolvimento social, político e profissional de assistentes sociais que militam em causas públicas. Abrindo caminho para um novo olhar sobre o engajamento, a militância e a participação política, contextualizando a análise dos efeitos práticos produzidos nas diversas seqüências de ação que compõem uma carreira, captando desta forma as motivações para o engajamento e a militância política de determinada causa social, onde se busca apreender também a dimensão moral da militância política, que pode estar ligada aos interesses sociais, políticos, profissionais ou humanitários, e ao mesmo tempo compreender o sentido do compromisso atribuído a construção de causas públicas, mediante a análise da atuação profissional.

### **Recursos profissionais: origens sociais e capital cultural**

Através da aplicação de questionários com assistentes sociais que estão inseridos nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, de Aracaju, foi possível traçar um perfil geral desses profissionais que de maneira direta ou indireta estão envolvidos com os debates a cerca das questões sociais de ordem pública. Foi possível realizar uma visita em todos os CRAS de Aracaju, com o intuito de poder aplicar o máximo possível de questionários nestas unidades assistenciais.

Como toda imersão ao campo, exigiu-se um levantamento prévio acerca daquele universo, cuja finalidade seria poder direcionar melhor o olhar acerca do objeto a ser investigado. Cujas finalidades, consistiria em poder extrair ao máximo as informações que possibilitasse a compreensão da atuação profissional mediante o processo de complementariedade dos saberes militantes e profissionais. Foi realizado um levantamento acerca da quantidade de CRAS existente na cidade de Aracaju. E Chegou-se ao número de 15 unidades assistenciais espalhadas pela cidade. Foram contabilizados 42 assistentes

---

sociais lotados nesses CRAS, e a média por CRAS era de aproximadamente três assistentes sociais, porém este número variava de acordo com a demanda pelos serviços assistenciais referenciados no território do qual o CRAS está localizado.

O processo de recrutamento de assistentes sociais para as unidades do CRAS ocorre mediante concurso público, realizado pela Prefeitura Municipal de Aracaju. Desses 42 assistentes sociais lotados nos CRAS de Aracaju, 41 são mulheres e apenas um homem foi encontrado nessas unidades assistenciais. Um fato que chamou a atenção foi perceber que mesmo diante dos processos de transformação que passou o curso de Serviço Social a partir da década de 80, ainda é encontrado alguns vestígios da composição profissional dos assistentes sociais da primeira linhagem. Que era expressivamente marcada pela predominância de mulheres no curso, além da relação forte que essas assistentes sociais possuíam com a igreja católica.

Consegui aplicar 33 questionários, porém uma das assistentes sociais se recusou a responder o questionário, que segundo ela, era “muito invasivo”, principalmente nas questões que envolvia as origens sociais e a média de salários. Através da análise dos questionários aplicados, foi possível identificar as origens geográficas desses assistentes sociais, onde a maioria dos assistentes era de Aracaju, especificamente 23 assistentes sociais, três do interior de Sergipe, e seis do interior da Bahia. A idade dos assistentes variava a partir de 27 anos até 57 anos, a idade média aproximada era de 34 anos. Quanto ao estado civil, 18 assistentes sociais se declararam casadas, 12 assistentes sociais se declararam solteiros, e duas se declararam divorciadas.

Uma das perguntas que englobava o bloco das origens sociais era a seguinte: qual a profissão do pai e da mãe? (especificando ao máximo, evitando o uso de categorias genéricas, como por exemplo, “militar”, “comerciante”, “funcionário público”, “professor”, e etc.). Porém, ao responder o questionário nem todos os assistentes especificaram as profissões de seus ascendentes.

No que concerne a profissão da mãe, 15 responderam que a mãe era dona de casa, seis responderam que a mãe possuía como profissão ser professora (e não especificando que tipo de professora, qual disciplina, e nível educacional de atuação profissional). Duas assistentes sociais responderam que a mãe tinha como profissão ser pedagoga, um assistente respondeu que a mãe era auxiliar de enfermagem, um assistente respondeu no quesito profissão da mãe, que a mãe possuía nível superior completo, mas não especificou qual era sua profissão. Uma assistente respondeu que sua mãe tinha como profissão ser auxiliar de cozinha, três assistentes responderam que sua mãe era auxiliar administrativo,

---

uma respondeu que sua mãe era funcionária pública (mas não especificou que tipo de funcionária pública). Uma respondeu que sua mãe era aposentada (e também não informou a sua profissão), e por último, uma assistente informou que a mãe tinha como profissão ser doméstica. Evidencia-se que no quesito profissão da mãe, 15 são donas de casa, quase a metade das mães das assistentes sociais, já que a amostra foi composta de 33 questionários, porém apenas 32 foram respondidos.

No quesito profissão do pai, o cenário era um pouco mais diversificado, três assistentes sociais responderam que seu pai era comerciante, dois agricultor, dois contador, dois mecânico, dois bancário, um representante comercial, um caminhoneiro, um industrial, “um falecido” (por incrível que pareça um assistente social respondeu no quesito profissão do pai, o termo falecido e não informou a profissão exercida pelo pai durante a sua vida). Dois funcionários público (que também não foi especificado a profissão), três assistentes administrativos, um topógrafo, um técnico agrícola, um gerente de manutenção, um taxista, um ferreiro e serralheiro, um sargento, um policial militar, um autônomo, um micro-empresendedor, um técnico de estradas, e uma assistente não respondeu à pergunta acerca da profissão pai.

Diante de tal apresentação, da profissão dos pais dos assistentes sociais que estão sendo examinados, percebe-se que eles em sua maioria não possuem uma formação de nível superior. Não foi encontrado nas respostas do questionário nenhum pai ou mãe com formação em Serviço Social, ou outro tipo de curso superior voltado para o âmbito das questões sociais. O que foi encontrado foi à presença de algumas mães professoras e pedagogas que segue uma linha educacional, mas que também é possível dialogar com as questões sociais que envolvem o terreno da assistência social, porém essa questão da relação do profissional professor, e educador não será aprofundado, devido a imposição do recorte de pesquisa.

Outra problemática abordada nos questionários, ainda no bloco sobre as origens sociais, interrogava-se sobre a participação de alguma entidade ou associação por parte dos ascendentes, como por exemplo, associações religiosas, partidos políticos, associações de bairro, movimentos sociais, sindicato, cooperativa e dentre outras mais associações. No âmbito dos pais dos assistentes sociais, obteve-se o número de seis pais que participavam de algum tipo de entidade ou associação, 22 pais não participavam de nenhum tipo de entidade ou associação, três assistentes sociais não sabiam informar esta questão, e um assistente não respondeu este quesito. No quadro das mães o cenário é o seguinte: quatro mães participavam de algum tipo de entidade ou associação, 27 não participavam de

---

nenhum tipo de associação, e um não sabia informar se a mãe participava ou já tinha participado de algum tipo de associação ou entidade.

O trajeto escolar dos assistentes sociais é uma etapa importante que permite agregar elementos para a compreensão da carreira profissional dos assistentes sociais, assim como, fornece alguns dados importantes para compreensão do processo de conversão dos saberes militantes e profissionalizados, e sempre reforçando a ideia de que é um processo de complementaridade e não um processo de diferenciação.

Através da análise dos questionários no bloco que corresponde o trajeto escolar identificou-se que 13 assistentes sociais concluíram o ensino de 1º e 2º grau na esfera privada, 14 assistentes sociais concluíram o ensino de 1º e 2º grau na esfera pública, e cinco assistentes sociais possuíram uma formação nas duas esferas, pública e privada, possuindo, portanto, uma formação de 1º e 2º grau mista. E quanto à formação de nível superior, identificou-se que 22 assistentes sociais realizaram o curso de Serviço Social na esfera pública, especificamente na Universidade Federal de Sergipe. E 10 assistentes sociais realizaram o curso de Serviço Social em instituições privadas. Além do curso de graduação, foi identificado que uma assistente social possui Mestrado em Serviço Social pela UFPE, tendo como área de concentração os movimentos sociais.

Outra assistente social informou que a sua titulação mais alta era de Pós-Doutorado, porém ela não informou à instituição que ela estava vinculada, e nem informou a sua área de concentração. Enquanto pesquisadora tenho uma leve desconfiança acerca dessa titulação de Pós-Doutorado, da qual foi informada por uma assistente social, não querendo remover o mérito e a capacidade desta profissional, mas pelo que me parece diante da análise desse questionário e uma conversa informal que tive com essa mesma profissional, ela atribui um significado diferente do convencional para conquistar tal titulação. Ela demonstrou atribuir essa titulação mais alta de Pós-Doutorado, devido ela se considerar uma profissional experiente, que está na assistência social a mais de 30 anos, antes mesmo de concluir o curso de Serviço Social lá na década de 80, assim como, se diz ser conhecedora de maneira profunda das grandes questões sociais que envolvem não só o campo da assistência, mas o Serviço Social como um todo.

Apenas cinco assistentes sociais possuem a graduação como a titulação mais alta, pois as demais 25 assistentes sociais possuem especialização. Um dado relevante encontrado nos questionários ainda no tópico da titulação mais alta, especificamente as especializações desses assistentes sociais, foi sobre as áreas de concentração dessas especializações, sendo as mais recorrentes: Planejamento e Gestão de Projetos Sociais; A

---

Política de Assistência Social na Perspectiva dos Direitos; Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes; Saúde Pública e da Família; Gestão de Políticas Públicas; Direitos Humanos, Compromisso e Seguridade Social; Política Social e Serviço Social; Direito da Família e Políticas Sociais; Gestão Social: Em defesa dos Direitos Sociais; e Gestão de Políticas Públicas com Foco em Gênero e Raça.

É interessante perceber que a trajetória do profissional do Serviço Social é marcada pela constante aproximação do universo dos problemas sociais. Se antes a assistência social era vista como uma prática de “ajuda”, acolhimento dos mais desfavorecidos socialmente, benesse e dentre outros termos relacionados à prática da assistência social. Hoje a assistência social brasileira é vista pela perspectiva dos direitos, como um dever do Estado zelar pelas garantias mínimas dos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade social e risco.

E independente do surgimento de situações de vulnerabilidade social e risco, a Constituição Brasileira de 1988 garante os direitos fundamentais dos indivíduos, que são imprescindíveis à existência humana e à coexistência digna dos seres humanos, como a proteção à vida, o exercício de sua liberdade, sua igualdade perante os demais, a intangibilidade de sua pessoa e de seus direitos, e em nosso sistema político, o direito de ter, possuir ou se apropriar do fruto de seu trabalho e suas conquistas. No entanto, sabemos que a efetividade da garantia dos direitos sociais na prática nem sempre é atendida, e, é aí que entra em cena a figura dos assistentes sociais, que possuem um papel importante na luta pela garantia dos direitos sociais, para que esses direitos não sejam violados.

A postura do assistente social traduz tanto no aspecto do discurso quanto no aspecto da linguagem corporal, que aquele ser é dotado não apenas de um conhecimento especializado em termos científicos, mas também é dotado de um conhecimento e uma prática militante do qual este ser foi iniciado e absorvido. Essa é a regra, mas também existem exceções dentro das próprias unidades assistenciais da qual foi examinada aqui, onde também são encontrados aqueles profissionais de “gabinete”, que são um tanto apáticos com os debates políticos e profissionais do qual o Serviço Social se debruça. E acabam sendo meros instrumentos mecânicos da Política Nacional de Assistência Nacional, e passam uma boa parte do tempo reclamando que a política não possui uma efetividade, devido à falta de recursos, e que segundo a fala desses assistentes sociais de “gabinete”, que não vão à luta pela efetividade da política e das garantias dos direitos sociais, que a “política de assistência social era uma coisa de pobre para pobre”.

Ao longo desse texto tentarei apresentar as principais características que define um profissional-militante, especificamente o caso dos assistentes sociais, que apresenta um modelo de atuação profissional politizada, possibilitada através da relação de complementaridade de saberes ativistas e saberes especializados, como “uma espécie de imbricação e complementaridade entre estes saberes” (PETRARCA, 2015).

### **Profissão e Militância Política: Assistentes Sociais**

As análises da relação entre profissão e política vêm ganhando fôlego nos últimos anos, onde profissão e política são duas categorias que se complementam no âmbito dos movimentos sociais. Há uma tendência muito forte para a profissionalização política, e segundo Camille Goirand, a questão da profissionalização política possibilita um laço entre as esferas contestadora e institucional, sendo possível encontrar na profissão de assistente social uma relação direta com a política, mediante algum tipo de engajamento, militância e atuação política destes profissionais.

Para compreender a relação entre profissão e política, antes de qualquer coisa é interessante conhecer a história da profissão no Brasil, as características da assistência social brasileira, como se estabeleceu a relação entre o Serviço Social e o Estado, como ocorre o controle de mercado da profissão, quais são os critérios de pertencimento à profissão, em que circunstâncias foi elaborado o modelo de projeto ético-político profissional, dentre outras informações que possa contribuir para uma compreensão da atuação político profissional dos assistentes sociais mediante o uso de práticas políticas e o uso de um título acadêmico. Segundo (MATOS, 2010) para a compreensão da atuação político profissional dos assistentes sociais, é preciso levar em consideração as mudanças ocorridas na sociedade, dentre elas, o processo de industrialização, o crescimento da população urbano-industrial, a intensa divisão do trabalho, dentre outros fenômenos sociais que provocou um novo rearranjo social.

A análise da carreira profissional-militante dos assistentes sociais ocorrerá mediante a apreensão do modo particular como estes profissionais enxergam o mundo ao seu redor, apreendendo como estes profissionais se relacionam com as esferas político-sociais, como eles se organizam em torno da construção de causas públicas e principalmente, como eles convertem um engajamento e uma militância política em uma profissão. Este processo de conversão situa-se dentro do quadro de eventos que compõe a carreira desses atores, que possuem originariamente uma forte integração em redes



---

politizadas, sejam elas, desde uma militância religiosa até uma militância partidária, incluindo os processos de socialização pelos quais estes atores participaram ao longo de sua carreira, possibilitando uma aproximação com o universo das causas públicas.

Rumo a uma militância profissionalizada mediante o uso do título acadêmico, militantes que defendem uma causa e lutam por ela, são lançados num campo pela busca do reconhecimento, que se dá através do uso de práticas políticas e uma formação qualificada de nível superior. Essa busca pelo profissionalismo parece ter sido acelerada pelo surgimento de um contexto político e institucional de injunção a participação política, confrontado com esta abertura gradual do meio da participação, os militantes originais foram forçados a converter seus recursos militantes em uma verdadeira experiência profissional, incluindo notadamente uma valorização da “expertise”(NONJON, 2005).

De forma mais específica, não é a oposição entre especialistas e ativistas que permite compreender a construção das causas, mas a forma como os profissionais, que atuam na defesa de causas, são conduzidos a fazer uso de dois “registros de legitimação” – para usar aqui uma expressão de Lochard e Simonet (2009), que são as competências profissionais e a ação política. Trata-se do peso que exerce a multiposicionalidade, o multipertencimento, e as trajetórias e carreiras que se formam em diferentes universos. Assim, a figura do profissional engajado se constitui na circulação entre o espaço profissional e o engajamento político, entre a profissão, as associações militantes e as instituições públicas. Esta múltipla inserção exerce um papel importante nos processos de reelaboração da imagem do profissional e do sentido atribuído ao conhecimento especializado (PETRARCA, 2015, p. 92).

Uma profunda transformação dos modos de produção da ação pública parece estar acontecendo, novas questões estão surgindo em torno do imperativo participativo, e assim, a tendência a profissionalização tem conduzido os militantes a ampliar sua área de atuação política e profissional. E mediante estas mudanças, surge a figura do expert-militante, onde os militantes originais parecem ter encontrado nesta figura uma brecha que lhes permite conciliar engajamento militante com a tendência a profissionalização (Nonjon, 2005). E assim, o engajamento e a militância política dos assistentes sociais fora elevada a partir do momento que ela se profissionalizou, se institucionalizou e se regulamentou. Logo, a formação universitária, “é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter à formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organização e de movimentos” (OLIVEIRA, 2008).

Através da análise da carreira militante dos profissionais do Serviço Social, percebe-se uma inclinação muito forte para um fortalecimento e uma identificação do território de atuação destes atores, que a partir da consolidação de seu reconhecimento social assumido frente à sociedade e ao Estado, legitimou a sua presença tanto no campo das ações coletivas, como na esfera profissional, garantindo o monopólio do conhecimento

---

através do processo de profissionalização e resultando desta forma numa atuação efetiva no campo das questões públicas. Estes militantes reforçam a sua participação política através de investimentos numa formação universitária de qualidade, Petrarca (2007), analisa que tais investimentos buscam o controle do mercado, o domínio sobre os critérios de pertencimento à profissão, os recursos legítimos para a entrada na profissão.

A escolha do curso está ancorada a um aspecto político-subjetivo, que precisa ser analisado e contextualizado, onde não se pode assumir uma visão determinista quanto à escolha da profissão, mas também não podemos considerar a escolha profissional como algo “por acaso”. É preciso compreender como o Serviço Social se apresentou a estes atores, como possibilidade de obtenção de algum tipo de reconhecimento, assim como, é preciso compreender o papel político que os assistentes sociais assumem frente às causas públicas. Portanto, possibilitando desta maneira um engajamento, uma militância e uma participação política que atesta o plano de reivindicações e intervenções político-social destes atores sociais.

Estes profissionais defendem, “com base em uma nova concepção de profissão, um Serviço Social crítico, comprometido com a democracia e com a realidade social, ao tempo em que reforçam a sua competência política” (MATOS, 2010). E desta forma, concentrando os seus investimentos na defesa de uma formação universitária de qualidade, para que se possa garantir o monopólio da assistência social, eles utilizam o engajamento, a militância e a prática política como recursos que possibilitam um diferencial na carreira destes profissionais, que passam a incorporar tanto uma dimensão política, quanto uma dimensão profissional, que possibilite num maior crescimento de áreas de atuação profissional, que possa reunir esses assistentes sociais, e que eleve a um reconhecimento político e profissional no plano de atuação de causas públicas.

A inserção profissional destes assistentes sociais no âmbito das questões públicas está ancorada na defesa de uma sociedade democrática e igualitária, que possa proporcionar a toda comunidade carente uma assistência social, que garanta a viabilização de acesso aos direitos sociais. Nas diversas áreas de atuação profissional do Serviço Social, cobra-se a estes profissionais uma atuação no plano de controle social edificado pelo Estado, que vise garantir uma seguridade social através da aplicação de políticas públicas que garanta os mínimos sociais aos usuários da assistência social.

Desde o seu surgimento, a figura do assistente social se caracterizou por ser um agente social dotado de uma prática militante e intervencionista, capaz de elaborar planos de atuação que viabilize uma espécie de controle social das camadas mais populares de

---

uma sociedade. Assim, a atuação profissional e a participação política não são realidades distintas. Quando uma profissão, assumi um compromisso social com a sociedade, ela insere neste compromisso social não apenas, um conhecimento técnico e científico adquirido na universidade, mas também, uma moral, uma visão de mundo e uma prática política operacionalizada pelos agentes sociais encarregados de desempenhar tal função na esfera social.

[...] Trata-se de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” implicam sempre um “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profissional não existe separado da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com a “realidade” e com a “prática” (OLIVEIRA, 2008).

Observa-se então, que a relação estabelecida entre profissão e militância se caracteriza por ser uma relação de complementaridade, que ultrapassa o âmbito profissional, onde não é possível desconsiderar o envolvimento e o compromisso social com a causa abraçada. Aspectos objetivos e subjetivos constituem a ação prática destes atores que se empenham na defesa de causas públicas, onde estes profissionais dizem serem conhecedores da realidade social da qual eles também estão inseridos. E, portanto, eles ao assumirem este compromisso social para com a sociedade, eles se sentem responsáveis por uma intervenção social, da qual lhes fora legitimada pelo Estado ao reconhecer a profissão mediante o processo de institucionalização e regulamentação, reconhecendo desta forma, o seu caráter social, que não deixa de ser político, e assim, é possível afirmar que há uma proximidade social e uma afinidade deste exercício profissional com a política (PETRARCA, 2008).

O entrelaçamento ocorrido entre a profissão e a participação política de assistentes sociais, pode ser compreendido a partir do papel político assumido pelo Serviço Social frente às questões públicas, que possibilitou uma abertura para a militância política ancorada na construção e na luta de causas públicas. E assim, “é possível considerar que a politização dos agentes profissionais, foi em muitos momentos a chance de estar no mercado” (MATOS, 2010).

## **A CONSTRUÇÃO DE UMA CAUSA PÚBLICA**

As causas e as justificativas da construção de uma causa pública precisam ser analisadas e relacionadas aos atores sociais que se destacam em torno da causa pública. A mobilização em torno da experiência de problemas públicos está condicionada ao contexto

---

político-social que possibilita o desenvolvimento de um determinado tipo de comportamento coletivo.

Os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade (Cefaï, 2009). Sua pesquisa é imediatamente receptiva aos engajamentos de dever, de responsabilidade e de solidariedade, às preocupações de si e do outro e aos ideais de “bem-viver juntos” em jogo nas ações coletivas – assim como aos “imperativos de justificação” da ação em público (PHARO, 1985; QUÉRÉ, 1990; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, apud Cefaï, 2009).

As experiências e as perspectivas dos atores sociais envolvidos na construção e na luta de causas públicas ocorrem mediante uma ação político-profissional direcionada aos problemas públicos. O processo de construção de uma causa pública relaciona-se a outras esferas públicas de atuação, como, a profissão, o engajamento, a militância e a prática política de atores sociais que se mobilizam em torno de um problema público. É preciso compreender como as práticas político-profissionais, se articulam em torno das dinâmicas de construção de causas públicas, para que se possa compreender o processo de construção de causas públicas, assim como, é preciso compreender como estes atores se unem pela defesa de uma causa pública, onde ali está imbuído não apenas um interesse pessoal, subjetivo, mas está inserido um interesse coletivo que mobiliza um número grande de atores sociais em torno de uma causa social, centrada na luta pelos direitos sociais, na justiça, na igualdade e na liberdade de ir e vir como cidadãos de uma nação.

A construção de causas públicas está articulada em torno de um processo de engajamento, militância e participação política de atores sociais que se sensibilizam por algum motivo com determinada causa social. No que concerne os profissionais do Serviço Social, percebe-se um grande envolvimento com as causas públicas, principalmente com as causas que envolvem um público classificado, com baixas condições de desenvolvimento social, que amparam-se nas políticas de assistência social como uma espécie de mecanismo social, que possibilita uma possível reintegração de posse dos direitos sociais, dos quais lhes foram dados por direito.

O Serviço Social historicamente possui uma formação técnica interventiva e contestatória, que se preocupa principalmente com os usuários da política de assistência social. É no âmbito da assistência social, que os profissionais do Serviço Social conseguem obter uma maior visibilidade de atuação político-profissional, e desta forma, conseguem reunir um grande número de profissionais que se interessam pelos problemas públicos.

---

Assim como, existe uma parcela significativa destes profissionais que além de estarem interessados pelas causas públicas, também ambicionam um reconhecimento profissional, político-social, além de buscarem a oportunidade ocupar cargos públicos, como forma de obter estabilidade e reconhecimento na esfera social. Porém, é preciso reconhecer que nem todos assistentes sociais que estão a serviço da Política Nacional de Assistência Social possuem algum tipo de militância, seja ela política, religiosa, humanitária, social, dentre outras inúmeras possibilidades de desenvolver algum tipo de militância.

[...] a assistência configura-se como um campo de disputa e um elemento definidor da participação política dos assistentes sociais, num primeiro momento, como forma de ajuda funcional ao Estado, e após os anos de 1980, numa perspectiva de compromisso com os setores populares, tomando a assistência como política social, direito do povo e dever do Estado, haja vista que a assistência social sempre esteve presente na história da profissão (MATOS, 2010).

É através das políticas públicas que os profissionais-militantes do Serviço Social defendem suas causas públicas, que são construídas no cotidiano de seu exercício profissional, mediante a apreensão da realidade social dos usuários das políticas de assistência social. A Política Nacional de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais como algo a ser enfrentado socialmente, para que se possam garantir os mínimos sociais, e universalizar os direitos sociais para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidades e riscos sociais.

E de modo geral, a Política Nacional de Assistência Social traça estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência para os usuários que apresentam risco pessoal e social conforme a identificação e classificação do problema público encontrado. Portanto, mediante a instauração de problemas públicos os assistentes sociais realizam um trabalho de intervenção e agem diretamente no problema social, a fim de solucioná-lo.

A assistência social é uma peça fundamental no processo de construção de uma causa pública, reconhecida como política social pública que viabiliza os direitos sociais garantidos pelo Estado. Ela se apresenta como uma porta de entrada para as mobilizações sociais em torno das questões públicas que são direcionadas a determinadas camadas da sociedade. No que concerne, a relação estabelecida entre a profissão de assistente social, e a prática política, observa-se um caráter político-profissional na própria disseminação da assistência social para com seus usuários.

---

A análise da construção de causas públicas articula-se a contextos de problemas sociais, de política, profissão, engajamento, militância, experiências, campos de memória e horizontes de expectativa, onde se inserem histórias de vida individuais e coletivas. Onde são inseridos na construção de causas públicas sentimentos de indignação, de justiça, de igualdade e de solidariedade, do direito e da responsabilidade, que lhes são oferecidos pelo Estado, que se compromete a garantir os direitos sociais aos cidadãos.

O comprometimento com a causa pública tem como uma das suas principais motivações a busca pelo bem comum ancorado na garantia dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos deste país. Onde constitui-se na dinâmica da vida quotidiana a construção de uma causa pública que tem o poder de reconfigurar contextos de ação político-profissional a partir de uma compreensão do mundo e de uma intervenção no mundo, que ocorre a partir de interações sociais de atores sociais que se unem em torno de uma causa pública. A abertura para a construção de causas públicas está ancorada ao envolvimento pessoal e coletivo, de atores que se unem em torno de uma causa pública mediante inúmeras motivações.

O comprometimento público atua na dimensão exploratória e experiencial de cada um, bem como nos seus suportes e equipamentos. Ele implica, por essa via, uma redefinição das interações entre pessoas, uma requalificação das suas situações e uma reformulação das suas identidades. Nesta perspectiva, a cidadania não é um conjunto de direitos e deveres formuláveis na sua abstração jurídica ou filosófica, e também não é um conjunto de atributos que seriam próprios de indivíduos claramente delimitados e separados uns dos outros. A cidadania consiste, antes de mais, em situações vividas como ocasiões de concretizar bens públicos ou de garantir serviços públicos, encontros em que a liberdade, a dignidade, a igualdade, a justiça ou a solidariedade são realmente experienciadas em ato e nas quais os protagonistas se reconhecem uns aos outros como portadores de direitos e deveres (CEFAI, 2005).

É preciso analisar o processo de construção de uma causa pública relacionando esta causa aos atores envolvidos em torno dela. Assim como, é preciso analisar a carreira destes atores sociais que lutam em favor de uma causa pública, como uma ação constituída de condições objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas para que se possa compreender como esses atores se unem e constroem uma causa pública.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou analisar, a carreira militante de assistentes sociais que atuam diretamente na construção e na luta de causas públicas. Mediante a análise da relação estabelecida entre militância e profissão, e suas respectivas práticas políticas e profissionais, assim como, foi considerado as condições sociais, políticas e culturais que

produziram essa aproximação destes profissionais do Serviço Social com as causas públicas, resultando numa relação de complementaridade entre saberes ativistas e saberes especializados.

Portanto, o resultado da “ação político-profissional”, relaciona-se com a dimensão organizacional da atuação profissional, que compreende um poder que legitima o saber técnico adquirido através do diploma universitário, assim como, uma militância e uma prática política adquirida ao longo do processo de socialização familiar, escolar e profissional que constitui a carreira militante destes profissionais do Serviço Social. Logo, a formação universitária, “é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter à formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organização e de movimentos” (OLIVEIRA, 2008).

É importante salientar, que a discussão trazida por este artigo permitiu articular trabalhos da chamada “sociologia dos movimentos sociais”, “sociologia política” e “sociologia dos grupos profissionais”, que trata de temas relacionado ao engajamento, a militância, a prática política de agentes politizados, e do poder das profissões. No que concerne a “sociologia dos grupos profissionais” foi utilizado trabalhos da escola interacionista e de seus precursores. Possibilitando desta forma, uma análise da carreira profissional-militante de assistentes sociais que se unem em torno de causas públicas, utilizando a análise de carreira como ferramenta analítica, que possibilita a compreensão das condições objetivas e subjetivas que compõem a carreira desses atores sociais no seu respectivo universo. Apresentando-as objetivamente, como uma “seqüência de posições” num ou mais campos da prática social, e subjetivamente, como uma “história pessoal” cujo relato atualiza visões de si e do mundo (DUBAR, 1998).

### **Referências Bibliográficas**

AGRIKOLIANSKY, E. **Carrières Militantes et Vocation à la Morale: Les Militantes de La LDH Dans les Années 1980**. In: Revue française de science politique, vol. 51, n° 1-2, février-avril 2001, p. 27-46. © 2001 Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CEFAÏ, Daniel. **Os novos movimentos de protesto em França: A articulação de novas arenas públicas**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, Outubro 2005: 129-160.

---

CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva.** Paris, 2009.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos.** Educ. Soc., Abr. 1998, vol.19, n. 62, p.13-30. ISSN 0101-7330.

FILLIEULE, Olivier. **Proposições Para Uma Análise Processual do Engajamento Individual.** In: Revue Française de Science Politique, vol. 51, 2001, nos 1-2, pp. 199-215.

GOIRAND, Camille. **As transformações do Partido dos trabalhadores vistas desde o nível local: raízes territoriais, profissionalização e desencantos.**

MATOS, Cândida Margarida. O. **Serviço social e engajamento: a prática política dos assistentes sociais.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2010.

MATOS, Cândida Margarida. O. **Práticas Políticas e Profissionais no Exercício do Serviço Social.** In: TOMO, Revista do Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, n. 15 jul./dez., 2009.

NONJON, M. **Professionnels de la participation : savoir gérer son image militante,** *Politix* 2005/2, n° 70, p. 89-112.

OLIVEIRA, Wilson José F. **Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil.** Rio de Janeiro, Dados, 2008.

OLIVEIRA, Wilson José F. Elites culturais, militantismo e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: Estudos Recentes.** Porto Alegre; Edufrgs, 2008, v.1, p. 103-128.

PETRARCA, F. R. **Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul.** In: *Teoria e Sociedade.* Minas Gerais: UFMG, 2007. v. 1, p. 94-119.

PETRARCA, F. R. **Carreira Militante, Inserção Profissional e Exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul.** In: *Política e Sociedade.* Santa Catarina: UFSC, 2008, v. 7, p. 311-329.

PETRARCA, F. R. **A Luta Contra a Aids: Uma Causa, Múltiplos Saberes.** In: Repocs, v.12, n.23, jan/jun. 2015, p. 91-114.